

Ata da 11ª Reunião ordinária da Comissão de Credenciamento e Avaliação do Pró-Gestão RPPS

ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO E AVALIAÇÃO DO PRÓ-GESTÃO

RPPS

Data e Horário: dias 19-20 e 21 de junho 2024

Local: Presencial – sala de reuniões do Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social

Pauta:

- a) Preparação documental para implantação da certificação básica do Pró-Gestão
- b) Plano de ação 2024/2025
- c) Outros assuntos relacionados ao Pro-Gestão

✓ **DESENVOLVIMENTO:** os membros abaixo relacionados se reuniram a partir das 14h do dia dezoito de junho de dois mil e vinte e quatro na sala de reuniões do Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social. Preliminarmente houve momento de integração considerando o primeiro encontro presencial da comissão do Pro-gestão composição nomeada pela portaria um mil e vinte e um do dia nove de abril de dois mil e vinte quatro. Em seguida dando início aos trabalhos práticos, Daniel Belmiro falou da importância do Plano de Ação da Comissão que prevê diagnóstico dos entes que aderiram e não certificaram e ainda aqueles que estão habilitados a seguir a trilha da certificação, mas que ainda não fizeram a adesão, dentre outras ações que visam disseminação e aumento do quantitativo de entes certificados no Pro-Gestão. Já foram iniciadas as ações e na reunião foram feitas as discussões de melhoria que possibilitem ao ente fazer a certificação, ou ainda, aqueles que têm maior grau de dificuldade possam aderir e certificar no novo

modelo da certificação básica que está sendo criado. Foram discutidas as diretrizes para o programa de gestor para gestor, que visa o contato mais próximo dos membros da comissão com os entes que aderiram e não certificaram ainda, para que possamos acompanhar e auxiliar de forma que consigam atingir a certificação em algum dos níveis. Alguns membros alertaram sobre a necessidade de simplificar a solicitação de relatórios em algumas ações que devem ser cumpridas, além das evidências das ações. Foi registrada ainda, a necessidade de buscar alternativas para o censo previdenciário que apesar de flexibilizado na versão anterior do manual, ainda continua havendo impacto em razão dos altos custos. Entende-se que a simplificação dos relatórios e principalmente a busca de alternativas para o censo são urgentes dada a dificuldade dos entes com recursos e ainda, o momento eleitoral. Foi verificado que mais de vinte entes certificaram sem o censo entre dois mil e vinte e dois mil e vinte dois, quando a exigência do censo estava suspensa em razão da pandemia. Quanto ao melhoramento no sentido de inserir quais as evidências de cada ação, discutido em reuniões passadas, dada as questões mais urgentes, ficará para a próxima revisão com mais tempo e engajamento da nova composição da comissão que está se ambientando e já se encontra com vários desafios. No segundo dia, Daniel apresentou detalhadamente o plano de ação e a importância do envolvimento de todos os membros para que consigamos simplificar, engajar e trazer mais entes para o Pró-Gestão. Colocou que dada a importância da certificação na governança, dentro da política de conformidade na fiscalização, o ente que tem Pro-Gestão pode sofrer menos fiscalização. Considerando o ano eleitoral, não será possível fazer o evento de entrega dos certificados em Brasília, será feito apenas o envio do novo selo aos entes certificados, com menção a importância da conquista da certificação. Foi colocado ainda a necessidade de melhoramento do manual para uma linguagem mais simples. Em dois mil e vinte e um, pretende-se ter como meta principal, a simplificação da redação do manual. Em seguida a equipe iniciou o processo de discussão sobre a criação da proposta de certificação nível básico, um nível antes do um para que aqueles entes com maior dificuldade possam fazer a certificação e assim evoluir para o nível um. A ideia é que eles conheçam o processo e entendam a importância e as possibilidades de atingir a certificação. Ao final da reunião do último dia ficou aprovada a primeira minuta do manual da certificação básica que fica programada para entrar em vigor em outubro. Registrou-se ainda a necessidade de abrir demanda na Dataprev para

inclusão do nível básico no cadprev. O ente fará a adesão e a certificação que será mediante processo que passará por entidade certificadora credenciada pela Comissão. Deliberou-se ainda que a certificação do nível básico tem por objetivo ser o grande incentivo para que o ente/RPPS possa alcançar a certificação em um dos níveis (I a IV)Terá temporalidade de três anos não renovável, ou seja, o ente deverá evoluir para um dos níveis e poderá utilizar o termo de adesão enviado anteriormente se estiver na validade ,certificado por uma das entidades certificadoras credenciadas pela Comissão, não terá os incentivos da resolução CNM 4963 e da PT 1467/2022.

ENCAMINHAMENTOS:

- ✓ Serão agendadas as reuniões mensais, preferencialmente, na primeira segunda-feira do mês para ponto de controle
- ✓ Os membros irão finalizar os contatos e envio do forms para os entes até final de agosto e irão apresentar os resultados na reunião do dia 02/09
- ✓ Será disponibilizado a todos os membros o manual da certificação básica para avaliação também daqueles que não puderam participar da reunião
- ✓ Pretende-se ir concluindo a demanda para disponibilizar em outubro/2024

ENCERRAMENTO:

Não havendo mais pronunciamento, o Coordenador Daniel deu por encerrada a reunião agradecendo a presença de todos, desejando ótimo retorno.

Em 21 de junho de 2024

Márcia Lúcia Paes Caldas

Secretária-Executiva

Participaram desta reunião: Daniel Belmiro Fontes-MPS Márcia Lúcia Paes Caldas-MPS, – MPS; Gustavo Lopes Sinay-MPS, Charles Souza Lima-MPS, Silvana Frigo APEPREV, Leonice Rosina-TCE-MS, Daniel Kravetz-PARANAPREVIDENCIA, Daniela Cristina Benayon-Manaus Previdência, Lea Praxedes ASPREBPB, Daniel Ribeiro Silva- Salvador-BA,Silvia Lins Farias -Estado de Pernambuco, Rosana Maria Souza, Jaraguá do Sul-SC, Maria Regina Ricardo- Ribeirão Preto-SP